

**EDcl no AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.873 - PR
(2014/0130355-2)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : ADEJACIR LOPES PINHEIRO
EMBARGANTE : ARISTIDES MAZZO
EMBARGANTE : CLARICE LOTH NATEL
EMBARGANTE : ELCIO SILVESTRE DOS SANTOS
EMBARGANTE : GERALDO GUILHERME
EMBARGANTE : ITACIANO ALVES DE SOUZA
EMBARGANTE : JAIRO TERTULIANO DE SOUZA
EMBARGANTE : ONOFRE GOMES DA SILVA
EMBARGANTE : MARIA IZABEL DA SILVA RIBEIRO
EMBARGANTE : SONIA REGINA VIEIRA DA CRUZ
EMBARGANTE : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA
EMBARGANTE : JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR023510
EMBARGADO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. 28,86%. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA AGUARDAR O JULGAMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL. TEMA N. 810/STF.

I - De fato há omissão no acórdão embargado relativamente aos juros aplicáveis. Quanto à aplicação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997 com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, o Supremo Tribunal Federal, após o julgamento do Tema n. 810 em Repercussão Geral, determinou o sobrestamento novamente em decisão monocrática.

II - Segundo entendimento desta Corte, nos casos em que o órgão colegiado procede a julgamento de matéria submetida à sistemática da repercussão geral, o recurso integrativo deve ser acolhido para, atribuindo-se-lhe efeitos modificativos, seja anulado o acórdão embargado e as decisões proferidas determinado o sobrestamento do feito na instância de origem, onde a controvérsia deve aguardar o julgamento do paradigma, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

III - Hipótese em que é necessário o retorno dos autos

ao Tribunal de origem para que lá seja esgotada a jurisdição e promovido o juízo de adequação diante do que vier a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, sendo certo que, após tal providência, a Corte local decidirá, então, se ainda há razão para apreciação do apelo nobre por este Tribunal, o que evitará a cisão no julgamento. Precedentes: EDcl no AgInt no REsp n. 1.653.940/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018; EDcl nos EDcl no AgInt no REsp n. 1.623.669/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, Rel. p/ Acórdão Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 15/2/2018. Prejudicados os embargos de fls. 2.314-2.316 e 2.338-2.340.

IV - Embargos acolhidos para determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para que se aguarde o julgamento definitivo do RE TEMA n. 810/STF.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator